

---

## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS SOB O VIÉS SIMBÓLICO

---

Neidjane Gonçalves dos Santos<sup>1</sup> (CEFET/RJ)

### RESUMO

A presente proposta tem como objetivo analisar as práticas educativas dos (as) professores (as) na perspectiva do poder simbólico enquanto reproduzidor da ideologia racista na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, contextualizando, historicamente, a condição do negro africano em terras brasileiras, bem como fazendo um percurso para a compreensão das teorias raciais no tocante a construção de um imaginário direcionado às práticas discriminatórias nas esferas sociais da escola, com a pretensão de identificar como as práticas podem contribuir para o fortalecimento do racismo, trazendo e apontando estratégias para se pensar uma educação direcionada para as relações étnico-raciais na sociedade baiana.

**PALAVRAS CHAVE:** Racismo; Educação de Jovens e Adultos; Relações Étnico Raciais; Poder Simbólico

### ABSTRACT

This proposal aims to analyze the educational practices of (the) teacher (s) from the perspective of symbolic power as a player of racist ideology in the classroom of Youth and Adults, contextualized, historically, the condition of black African lands Brazil, as well as being a route to understanding the racial theories regarding the construction of an imaginary directed to discriminatory practices in the social spheres of school, with the intention of identifying how practices can contribute to the strengthening of racism, pointing out strategies and bringing to think a focused education for ethnic-racial relations in the Bahian society.

**KEY WORDS:** Racism, Youth and Adults; Racial Ethnic Relations; Symbolic Power

Diante das discussões acerca das questões étnico raciais na escola, bem como o papel do profissional de educação, este trabalho pretende analisar as práticas educativas dos (as) professores (as) na perspectiva da reprodução das ideologias e simbologias que permeiam o ambiente escolar, buscando compreender como se dão as relações étnico-raciais na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, com o intuito de identificar as manifestações, as dimensões e as formas sob a qual o poder simbólico se solidifica no

---

<sup>1</sup>Pedagoga, especialista em Metodologia do Ensino, pesquisa e Extensão em Educação pela universidade Católica do Salvador, especializando em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal da Bahia e Mestranda do Curso em Relações Étnico-raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca / CEFER - Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: neidjane.goncalves@yahoo.com.br.

contexto da escola, a partir das ações e experiências desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura – SECULT na Rede Municipal de Ensino na Cidade do Salvador.

Pretende abordar de que forma os sistemas simbólicos que estão inseridos na estrutura social da escola se reproduzem, se solidificam e se perpetuam em práticas que constroem no imaginário dos sujeitos jovens e adultos a inferioridade, a incapacidade e o sentimento de incompetência que é transmitido e que não facilita o diálogo entre a pluralidade cultural e racial no contexto apresentado.

A necessidade da identificação de como se processa essas práticas nos remete às proposições de estratégias para o combate ao racismo na sala de aula, também nos remete para a construção de uma política educacional direcionada para as questões raciais, tal como estabelecer diálogo a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana<sup>2</sup> que preconiza ações voltadas para diversidade étnico-racial em todas as modalidades de ensino, bem como submeter aos professores (as) à reflexão para mudança efetivas de práticas, a partir da inserção da Lei 10.639/03, sancionada com o intuito de introduzir a história e a origem da cultura afro-brasileira.

A reprodução de práticas desfavoráveis em relação a questões raciais e étnicas na escola traz em seu bojo ações voltadas para a manutenção do racismo, permeada pela ideologia que perdura desde os tempos escravocratas, inseridas no contexto social, cultural, educacional, econômica de homens e mulheres, jovens e adultos.

A partir do resgate histórico em relação à condição dos educandos (as) negros (as), pretende-se abordar as relações e as interações sociais mantidas nesse espaço e as formas sob a qual o poder simbólico exerce no interior dessa instituição. Identificaremos quais estratégias podem ser utilizadas para eliminar as práticas racistas, burlando o sistema ideológico e as estruturas simbólicas que permanecem consolidadas no cerne do contexto escolar e, que, indo por uma via contrária, podem ser desestabilizadoras dessa estrutura.

---

<sup>2</sup>Construída com o objetivo de pautar as políticas públicas afirmativas do Governo Federal, visando a implementação de um conjunto de medidas e ações com objetivo de corrigir injustiças, eliminar as discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional.

A leitura da construção histórica do Brasil, após o período abolicionista, remete para a imposição de uma realidade que introduzia a farsa de uma democracia racial como forma de mascarar as relações raciais tensas existentes à época que permeava o entendimento de que as raças, etnias e culturas viviam em constante democracia racial e igualdade de oportunidades, de espaços, de aquisição dos bens sociais, etc.

Esse falso entendimento de que todos tinham as mesmas oportunidades submeteu e ainda submete jovens, adultos e idosos a permanecerem numa posição subalterna e socialmente inferior, em todos os seus aspectos, a outros grupos étnicos, pois partindo da compreensão de que todos têm as mesmas oportunidades, o indivíduo que não alcançou determinado objetivo é considerado incapaz por não galgar os diversos espaços a eles oportunizados, como exemplo, a entrada na universidade e em outros espaços intitulados de poder.

Essa ideologia deu-se de forma a inculcar nas mentes a suposta inferioridade que disseminava não apenas no ambiente escolar como também, se apresentava nas esferas sociais, midiáticas e religiosas, bem como nas relações estabelecidas de forma a condenar o negro a um lugar específico, sem possibilidades de mobilidade social.

A ideologia estabelecida é um dos fatores que possibilitam perpetuidade desse arranjo social, pois limita o indivíduo a um pensamento uniforme e linear, não viabiliza a difusão de idéias que se opõem ao sistema vigente, sendo impregnada para designar um pensamento teórico estruturado, que exprime uma falsa visão da história, cuja finalidade é ocultar um projeto social, político e econômico da classe dominante (GADOTTI, 2003, p.33). Desta forma, a manutenção do status quo é orientada pelas ideologias que tem como função ocultar e omitir as estruturas hegemônicas, não possibilitando a percepção de mundo, deixando o indivíduo atônito à realidade.

As ideologias são duplamente determinadas, devendo suas características mais específicas não só aos interesses de classes, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem, devem a sua estrutura e as suas funções mais específicas as condições sociais da sua produção e da sua articulação. A função propriamente ideológica do campo de produção

ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo de luta de classes. (Bourdieu, 2010, p.13).

As ideologias servem aos interesses particulares que tendem a apresentar interesses universais comuns aos grupos. O que se apresenta de forma universal torna-se mais aceito e tem-se menos dificuldade de haver discordância, pois é posto de forma a *estar de acordo com* por todos de maneira naturalizada, sem haver discordância. A cultura dominante contribui para esse entendimento no momento que supõe uma integração real da classe dominante na integração fictícia da sociedade. A ideologia conservadora tem a sua configuração como a perspectiva de manter o *status quo*.

Segundo (SILVA, 1995, p.39), a ideologia é concreta porque representa a realidade, mas apresenta-a deformada, cristalizada. É concreta, mas tem uma concretude distorcida, que não corresponde a realidade.

A sociedade baiana é uma sociedade caracterizada pela pluralidade étnico-racial que se tornou produto de um processo histórico que inseriu, num mesmo panorama, grupos raciais distintos que se inter-relacionaram, constituindo e reformulando as identidades dos indivíduos. Essa interlocução de culturas favoreceu a construção de um país miscigenado e multifacetado apresentado com certas limitações por não considerar a diversidade em todos os seus aspectos, incluindo o político, o social, o econômico, cultural e educacional.

O processo civilizatório do negro brasileiro adquiriu formas de representações exposta através da diferença relacionada à raça, a etnia e a cultura que sempre estiveram presentes para predeterminar a desqualificação do outro enquanto não pertencente aos padrões culturais e raciais predominante.

Os estudos<sup>3</sup> revelam que houve presença negra na evolução da humanidade e no processo de relações comerciais, na influência cultural na religião, na arte, nas

---

<sup>3</sup>Cheik Anta Diop - é pai do Panafricanismo, precursor da egiptologia na África e um dos maiores pesquisadores do continente. Responsável pelas pesquisas científicas sobre a negritude do Egito Antigo, que revolucionou a história da África e do mundo.

construções de pirâmides, etc. Porém esse saber oriundo do povo africano foi desvalorizado e submetido a uma visão altamente racista que dirimiu esse conhecimento, desqualificando-a. Essa cultura de desvalorização do povo negro perpetua-se até os dias atuais e perambula pelas escolas, nas relações familiares, de trabalho e sociais no dia-a-dia da sociedade brasileira através de um sistema de perpetuação de um pensamento ideológico que tem a intenção de inculcar nas mentes a inferioridade do negro em todos os âmbitos sociais.

O processo pelo qual os negros foram inseridos nessa dinâmica contribuiu para a manutenção do quadro situacional do negro. O cotidiano era vivenciado através de circunstâncias permeadas pelo preconceito, entendido como o julgamento ou opinião pré concebida e pelas diversas formas de demonstrar a não aceitação dessa nova cultura, evidenciando desta maneira a impossibilidade de inclusão social da maioria oriunda de um quadro lastimável de desfavorecimento da cultura africana no Brasil durante séculos e que ainda perdura até os dias atuais.

As dinâmicas e as representações sociais e culturais construídas estereotipadamente, demonstram o modo e a forma como a sociedade esta simbolicamente estruturada e delineada a partir de um padrão cultural distante da realidade dos sujeitos da EJA, ocasionando distanciamento das suas condições de vida no tangente à identidade racial.

As sociedades do Ocidente se apresentaram num momento histórico como política e economicamente hegemônicas, lembrando que na antiguidade clássica, o aluno freqüentava cursos ministrados por diferentes professores e não se constituíam como a escola que entendemos hoje.

Lília Moritz (2003) esclarece que a Instituição Educacional não remota de tempos muito distante. As instituições educacionais, nos meados dos anos 70, eram controladas pelos Jesuítas e o ensino na colônia portuguesa limitava-se a escolas elementares não existindo centros de pesquisa ou de formação superior que se manteve inalterada até o início do século XIX.

Cotidianamente a realidade social reproduz o racismo apesar dos discursos nas escolas e nos ambientes sociais acerca da afirmação da luta contra o racismo e contra as

desigualdades e a favor do respeito das diferenças, discutido recentemente nas instâncias sociais e configurando-se em parte como uma falácia por caracterizar as práticas racistas que permanecem embutidas na sociedade.

Compreender a educação como alicerce da realidade ao qual o indivíduo está vinculado é essencial para que esse indivíduo entenda o contexto em que está inserido, as dinâmicas e as representações sociais e culturais que são apresentados a ele e o modo como a sociedade esta estruturada ideologicamente. A educação permite que esse indivíduo tenha um olhar mais apurado sobre a sociedade e a própria realidade, permitindo que enxergue além das entrelinhas o que é programado, de forma sutil, para ser massificado na estrutura social. Uma vez que essa estrutura se desenvolve através das relações estabelecidas na sociedade.

Porém, não se pode afirmar que a educação tem a função apenas de desvelar a realidade, ela também surge como instrumento de manutenção das situações sociais, uma vez que se torna possível as práticas que alicerçam ideologias excludentes e se perpetuarem na estrutura social sem mudanças.

O espaço escolar, como espaço de apreensão da educação formal, estabelece um lugar de reprodução da ideologia dominante e, por outro lado, alimenta elementos questionadores da própria realidade social. Toda escola situa-se em um espaço social e territorial cujas características afetam a sua rotina, as suas relações internas e as interações dos membros da comunidade escolar com o ambiente social externo (ZUA e ABRAMOVAY, 2002, p. 95).

Nesse sentido,

A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária a existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada uma delas precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas, preparando-os para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social (ZUA e ABRAMOVAY, 2002, p. 139).

Os modos de vida dos sujeitos, dentro do cenário escolar, fornecem as trocas materiais e simbólicas, criando as condições necessárias para que os processos sociais encontrem caminhos de compartilhamento de vida e de contexto, oferecendo um amplo universo simbólico, estimulando configurações de sentidos e significados.

Os mecanismos de discriminação presentes na escola são baseados na exclusão de temas relativos a cultura e a história negra nos currículos escolares, além dos estereótipos preconceituosos sobre a representação dos negros nos materiais didáticos e seus conseqüentes efeitos danosos para a estruturação da identidade do negro no ambiente escolar.

A imagem do negro veiculada nos livros didáticos o expõe de forma a naturalizar as situações negativas que evidenciam a distorção da história da cultura negra, elementos que se conjugam para reproduzir a inferioridade do negro. Segundo (NOGUEIRA, 2002, p.48), a negação do outro como sujeito de direitos permitiu fazer da diferença um instrumento para a perpetuação das desigualdades. E estas marcas sedimentaram a formação do Estado, dos espaços de poder e da sociedade.

A escola, na medida em que naturaliza características socialmente construídas, vem contribuindo para reforçar os preconceitos contra o negro.

Para que o currículo escolar tenha o poder de controle social, é necessário que os significados educacionais que ele expande representem o capital cultural hegemônico na sociedade, ou seja, a cultura da classe dominante. Isto porque o controle social é exercido pelo grupo detentor do poder, que tem o poder porque consegue equalizar as diferentes aspirações e visões de mundo, representadas pelos segmentos sociais oprimidos, através da internalização da sua ideologia, expandida por seus aparelhos ideológicos. A ideologia que os currículos escolares expandem, por ser hegemônica na sociedade, passa a constituir-se na “realidade” social para os diversos segmentos, que interiorizam profundamente os princípios que norteiam a ordem social existente, como a desigualdade social e a aparente estabilidade social e ideológica (SILVA, 1995, p.36).

A escola é entendida como o espaço propício para o desenvolvimento integral do ser humano, entretanto, pode se tornar um instrumento de reprodução dos preconceitos,

das ideologias e de práticas que são consolidadas a partir do simbólico que está imbuído nas estruturas sociais. É através desta reprodução que surge os diversos tipos de desigualdades e as diferenças são sinalizadas e fortalecidas.

Como pontua Silva, a escola através dos materiais pedagógicos reproduz, estereotipadamente, a incapacidade intelectual e incompetente do negro que pode desencadear e desenvolver em crianças e em adultos negros o complexo de inferioridade resultando em desinteresse, abandono e repetência. A consequência dos estereótipos construídos é bem observado por SILVA quando retrata:

Os estereótipos, ou seja, as imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos ou grupos cumprem o papel social de produzir preconceitos, as opiniões e conceitos baseado em dados não comprováveis da realidade do outro, colocando esse outro sob rejeição ou suspeita. Por outro lado, a vítima do preconceito pode vir a internalizá-lo, auto rejeitando-se rejeitando àquele que se lhe assemelha (SILVA, 2003, p.17).

A característica do estereótipo é justificar a exploração e a opressão através da superioridade de um grupo humano sobre o outro que recalca todo o processo histórico que gera esta determinada situação.

O processo civilizatório do negro brasileiro adquiriu formas de representações diferenciadas através da diferença de sexo, raça, etnia e cultura que sempre estiveram presentes para predeterminar a desvalorização do outro através da diferença. Como acrescenta Luz (1994, p.20), a diferença sempre é representada e percebida como desigualdades. Essas formas de práticas sociais, representações e percepções constituem o ponto de sustentação e referências das ideologias teóricas colonialistas e neocolonialistas.

Porém, apesar das modificações que são observadas no campo da cultura, o espaço escolar continua a realizar um processo de homogeneização das condutas, conhecimentos, ritmos de trabalho e construção de habilidades específicas, a permanecer com a antiga posição de produção e legitimação das marcas das diferenciações entre os distintos grupos sociais e a conferir, como função precípua, distinções culturais e privilégios profissionais como coloca. (Gonçalves, 1999, p. 94).

O papel da instituição escolar, enquanto agência mantenedora do sistema ideológico abarca a veiculação de práticas por meio de hábitos que empobrece e trata o negro como inferior, desprovido de cultura e de origem.

Como espaço favorável para a socialização entre as diversas culturas, raças e etnias, a escola, deveria assumir o papel de possibilitar o diálogo e o respeito entre as mesmas, entretanto, em algumas experiências, inicia um processo contrário a partir da reprodução da ideologia que é transmitida e se estagna no seio da sociedade para a desvalorização da cultura negra. A escola deveria atuar de forma a dinamizar essas relações facilitando um possível entendimento que abarca as questões que envolvem a pluralidade cultural e racial de forma a diminuir a postura excludente que coloca nas relações raciais e étnicas neste e em outros ambientes, tornando-se principal modo de transferência e reprodução dessa ideologia.

Como via de disseminação do preconceito, o cotidiano escolar torna simbólica a exclusão por meio da linguagem quando utiliza termos pejorativos que desvalorizam a imagem do negro, demonstrando a partir do contexto escolar as representações das imagens e dos símbolos que são inseridos de forma equivocada para a continuidade das práticas racistas, pois vão se configurando ao passo que o simbólico vai sendo embutido nas falas, nos gestos e nas ações desse ambiente. Tornam-se mensagens ideológicas que tem dimensões agravantes quando se tratam dos envolvidos, entre eles adolescentes, adultos e idosos que se tornam alvo desse sistema que permanece oculto, mas, sobretudo realiza seu papel ideológico e mantenedor do status quo.

A estrutura escolar, bem como a sua estrutura organizacional, está permeada de aspectos complexos das relações existentes entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que refletem o modelo social e as práticas de desigualdades sociais, raciais, culturais, econômicas a que determinados grupos sociais ainda estão submetidos na sociedade brasileira.

Desde a sua emergência o processo de escolarização da massa apresentou uma organização hierarquizada, apoiada em uma forma específica de distribuição e seleção dos

conhecimentos. A estatização do ensino básico trouxe elementos simbólicos que fizeram do espaço escolar um local privilegiado de produção de diferenciação e segmentação social, do controle das ações educativas.

A escola enquanto reprodutora da ideologia dominante que nega o outro é também produto dessa ideologia, pois concebe nas suas múltiplas relações, a reprodução simplista das ideologias que não admite o diferente e não possibilita diálogos entre os esses mesmos diferentes, sobrepondo uma cultura sobre a outra como superior.

Apesar das modificações que são observadas no campo da cultura, o ambiente escolar continua a realizar um processo de homogeneização das condutas e dos ritmos de trabalho e construção de habilidades específicas, a permanecer com a antiga posição de produção e legitimação das marcas das diferenciações entre os distintos grupos sociais e a conferir, como função precípua, distinções culturais e privilégios profissionais.

É nesse espaço que se travam lutas pelo poder e se fazem relação de poder de forma clara e impositiva. Esse poder formal e impessoal, próprio das organizações burocráticas, serve de escudo e de justificação para o exercício do poder simbólico.

O poder simbólico é o poder estabelecido e declarado nas estruturas social, política, educacional e cultural que define, de certa forma, a dinâmica da sociedade. É o poder invisível que não pode ser exercido sem a cumplicidade que favoreça a realização de algo onde os sujeitos não se vêem como atuantes, mas apenas como reprodutores da dinâmica, sem mesmo atinar para o fato de estarem colaborando com essa invisibilidade mantida pelas estruturas sociais, educacionais, familiar etc. É o que se apresenta, em algumas circunstâncias, como tradutor do racismo pronunciado através das falas, dos gestos e do comportamento dos profissionais de educação.

O poder simbólico torna-se um estado de campo que se vê o poder por toda a parte, é necessário saber descobrir onde ele é mais completamente ignorado e reconhecido como o poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2010, p.08).

As representações simbólicas que são construídas na sociedade e, que a partir delas são repassadas e transmitidas aos envolvidos nessa dinâmica, possibilita a construção de identidades e estabelece as relações sociais e humanas. Identidade e relações que possam não condizer com uma sociedade vislumbrada numa lógica racional, compreendendo aqui a lógica simbólica que colabora para a permanência da estrutura dada.

Omitir, dissimular, disfarçar são verbos utilizados como sinônimos da lógica de ocultação pelos sistemas ideológicos. Ocultação essa que tem um papel fundamental na falta de compreensão das ideologias que se exprimem nas relações (étnicas, sociais, religiosas etc) desenvolvidas no seio de uma determinada sociedade, através de distorções e das manifestações de dominação e de repressão. Porém a ocultação não pode ser exercida sem que haja, pelo menos, duas vertentes de execução, entre elas o Estado como aparelho repressivo e a pluralidade de aparelhos ideológicos que, apesar de serem menos ostensivos, são mais eficazes no processo de ocultação.

A educação de jovens e adultos é introduzida no cenário brasileiro a partir da história da educação básica no Brasil, na década de 30 com a Escola Nova, sendo precursor de suas idéias Anísio Teixeira<sup>4</sup>. Com o processo de industrialização, houve uma grande concentração populacional nos centros urbanos, gerando o êxodo rural, ocasionando uma grande massa de trabalhadores sem instrução. O grande contingente dos analfabetos se originou a partir do processo pós-escravocrata que impossibilitava à inserção dos negros africanos a educação, que deu origem aos analfabetos dos dias atuais.

A aprovação do Plano Nacional de Educação, em 1964, disseminou por todo o Brasil o Programa de alfabetização orientado pela proposta de Paulo Freire que surgia como paradigma baseado no entendimento da relação entre a problemática educacional e a social. O analfabetismo passou a ser visto e interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma sociedade excludente.

---

<sup>4</sup>Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira (1900-1971) foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação não se preocupava em defender apenas suas idéias. Muitas delas eram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno ao fazer um curso de pós-graduação nos Estados Unidos.

Na perspectiva de Paulo Freire, os analfabetos deveriam ser reconhecidos como indivíduos produtivos possuidores de cultura, além de assumir-se como sujeito capaz e responsável. O pensamento de Paulo Freire valoriza o indivíduo a partir da sua própria vida. Tem a concepção que a partir da sua própria palavra os indivíduos possam construir consciência crítica e possibilidades de reflexão.

A Educação de Jovens e Adultos foi repensada e reformulada na tentativa de abarcar uma educação que contemplasse mais que a instrução totalmente dita, mas a formação para vida. Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos é compreendida como a modalidade de ensino que contempla o ensino fundamental e médio. É regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996.

A historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é extensa, nos remete desde a década de 30, sendo originada do processo pós-abolicionista que apresentou a uma demanda de homens e mulheres africanos a desigualdade social e racial produzida na relação de dominação e exploração socioeconômica e política. A educação não era destinada aos africanos libertos e aos seus descendentes, originando uma demanda crescente de analfabetos no Brasil, especialmente, nas capitais onde existia um grande contingente de africanos libertos.

Entretanto, uma nova reformulação e leitura das condições educacionais do povo negro, descendente de africanos, foi realizada e na atualidade, encontra-se em processo de implementação de diretrizes, planos e leis como resultadas das cobranças das organizações do movimento negro, bem como dos seus representantes nos espaços educacionais, políticos, sociais, possibilitando a leitura e a reconstrução em direção ao resgate da origem, história e cultura afro brasileira no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Brasil.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 13.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana**. Acessado em 20 de abril de 2011 pelo [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler ou escrever as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. 3.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_, **Ação cultural para a liberdade**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_, **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_ & ROMÃO, José. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 7. ed. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2005, Guia da Escola Cidadã, volume 5.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. 13.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. **Educação e Cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quatern, 1999.

HOEBEL, E. Admson, FROST, Everett L. **Antropologia Cultural e Social**. Tradução: Euclides Carneiro da Silva. Editora Cultrix: São Paulo, 1997.

LUZ, Marco Aurélio. **Cultura Negra e Ideologia do Recalque**. Salvador: SECNEB. 1994.

\_\_\_\_\_. Agadá: **Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira**. 2.<sup>a</sup> edição. Salvador: EDUFBA, 2000.

MUNANGA, kabenguele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3.<sup>o</sup> Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ, 2003.

[HTTP://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf) acessado em 15 de agosto de 2006.

NOGUEIRA, João Carlos. **Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular**. Volume 8. Florianópolis: Atilénde Editora, 2002.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **Educação e relações étnico-raciais no Brasil: monoculturalismo e a construção da identidade negra**. <http://www.centrocultural.m2014.net/article12.html> acessado em 05/04/2009.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 25ª edição. 1983.

SCHWARC, Lilia Moriz. **O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

Recebido: 01/10/2011

Aprovado: 09/10/2011